



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**MERES CRISTINA DO NASCIMENTO SILVA**

**GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: CAMINHOS E DESCAMINHOS.**

**Campina Grande-PB**

**2012**

**MERES CRISTINA DO NASCIMENTO SILVA**

**GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: CAMINHOS E DESCAMINHOS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia do Departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências legais para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora:

**Prof<sup>a</sup>. Dra. Valdecy Margarida da Silva.**

**Campina Grande-PB**

**2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB.

S586g Silva, Meres Cristina do Nascimento .  
Gênero, sexualidade e educação [manuscrito]  
: caminhos e descaminhos / Meres Cristina do  
Nascimento Silva, 2012.  
41 f. : il. : color

**Digitado.**  
**Trabalho de Conclusão de Curso**  
**(Graduação em Pedagogia) –**  
**Universidade Estadual da Paraíba,**  
**Centro de Educação, 2012.**

“Orientação: Profa. Dra. Valdecy Margarida da  
Silva, Departamento de Pedagogia”.

1. Ensino Fundamental 2. Educação Sexual 3.  
Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s I. Título.

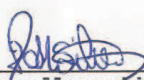
21. ed. CDD 372.372

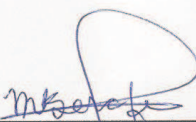
**MERES CRISTINA DO NASCIMENTO SILVA**

**GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: CAMINHOS E DESCAMINHOS.**

Aprovado em: 29 / 11 /2012

**Banca Examinadora:**

  
\_\_\_\_\_  
**Prof.ª Dr.ª Valdecy Margarida da Silva - UEPB**  
Orientadora

  
\_\_\_\_\_  
**Prof.ª Ms. Maria Lúcia Serafim - UEPB**  
Examinadora

  
\_\_\_\_\_  
**Prof.ª Dr.ª Paula Almeida de Castro - UEPB**  
Examinadora

**Campina Grande-PB**

**2012**

*Dedico este trabalho de conclusão de curso aos meus pais, familiares, amigos e mestres que me incentivaram e ajudaram para que fosse possível a realização deste objetivo.*

## **AGRADECIMENTOS**

*À Deus, por me fortalecer e possibilitar chegar ao fim dessa caminhada.*

*À Prof.<sup>a</sup>Dr.<sup>a</sup> Valdecy Margarida da Silva (Val), orientadora e companheira, que me acompanhou na realização de mais um sonho.*

*Aos colegas do Curso de Pedagogia, especialmente àqueles mais próximos, com quem compartilhei meus medos, frustrações e angústias.*

*Aos professores da escola pesquisada, pelo carinho e espontaneidade com que me receberam, abrindo-me um leque de possibilidades para que eu pudesse realizar o meu trabalho.*

*A meus pais, Eunice e Severino, pelo amor incondicional; pela vida.*

*Aos meus irmãos e, de um modo muito particular, ao Edivaldo, que tantas vezes atuou como meu motorista particular; e ao meu cunhado Joselito, que me acompanhou durante quatro anos no percurso de casa até a Universidade e que enfrentou tantos obstáculos ao meu lado, mas sempre me fortalecendo com suas palavras de incentivo.*

*Às queridas amigas, Ana Lúcia, Ana Coelho, Ana Paula, Cileide, Elizabete, Francisca, Juliana, Regiclaudia, e tantas outras, pelos relacionamentos e lições de otimismo.*

*A todos...*

*...muito obrigada!*

*Não há...  
senão diferenças de um certo gênero que tendem...  
uma para a outra;  
são aquelas que em lugar de se opor e de se excluir,  
se completam mutuamente.*

**Émile Durkheim**

SILVA, Meres Cristina do Nascimento. **Gênero, Sexualidade e Educação: caminhos e descaminhos**.41f. Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande-PB, 2012.

## RESUMO

O tema gênero e sexualidade sempre foi objeto gerador de polêmicas em nossa tradição educacional. O contexto atual expressa abertamente a necessidade da inclusão da orientação sexual na escola, de modo que esta seja abordada de forma esclarecedora para que possa dirimir conflitos existentes. Para tanto, necessitamos de profissionais capacitados para atuarem nesse campo tão complexo e cheio de questionamentos. O presente trabalho surge de uma significativa inquietação, enquanto educadora, e da necessidade de conhecer mais profundamente a temática da orientação sexual proposta nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e as questões de gênero na escola, com o intuito de entender qual o pensamento, o conhecimento e a postura dos professores do ensino fundamental diante da temática de gênero, sexualidade e educação. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa de abordagem empírica. Utilizou-se, como instrumento de coleta de dados, a observação e um questionário com questões abertas, que foi respondido pelos professores do Ensino Fundamental de uma escola municipal da cidade de Lagoa Seca- PB. Com base nas respostas dos professores às questões propostas e nas observações realizadas, pôde-se evidenciar o distanciamento entre a teoria e a prática, pois as respostas dadas pelos professores são marcadas por contradições entre o que pensam, dizem, e o que fazem na prática escolar. Outro aspecto relevante é a resistência por parte dos professores para responderem ao questionário, alegando não possuírem formação específica para trabalhar as questões de gênero e sexualidade com seus alunos. O trabalho está embasado nos estudos desenvolvidos por Vidal (2008), Louro (2010), Santos (2010), dentre outros pesquisadores. A pesquisadora demonstrou que ainda existem muitos tabus e preconceitos a serem quebrados para que seja possível que a escola contribua para a formação de sujeitos livres de preconceitos e adeptos a viverem numa sociedade diversificada.

**Palavras-chave:** Gênero. Sexualidade. Preconceito. Educação Sexual.



SILVA, Meres Cristina do Nascimento. Gender, Sexuality and Education: paths and detours. 41s. Work Completion Course in Education from the State University of Paraíba, Campina Grande-PB, 2012.

### **ABSTRACT**

The subject gender and sexuality has always been polemic generator tool in our traditional educational. The present situation loosely manifest the need for inclusion of sexual orientation in school education, so this is dealt with a enlightening manner to settle existing conflicts. To do so, it need trained professionals to work in this complex and full of questions field. This paper emerges from a significant uneasiness, as an educator, and the need to know more profoundly the thematic of sexual orientation in the proposed National Curriculum Parameters (PCNs) and gender issues in school, in order to understand what the thought, knowledge and attitude of primary school teachers on the subject of gender, sexuality and education. To this end, we developed an empirical approach to qualitative research. It was used as an instrument of data collection, observation and questionnaire with open questions, which were answered by elementary school teachers in a public school in the city of Lagoa Seca-PB. Based on teachers' responses to questions and observations made, it was evident the gap between theory and practice, as the responses given by teachers are marked by contradictions between what they think, say, and what they do in school practice. Another relevant aspect is the resistance by teachers to respond to the questionnaire, claiming they do not have specific training to work on issues of gender and sexuality with their students. The work is rooted in the studies developed by Vidal (2008), Blonde (2010), Santos (2010), among other researchers. The research showed that there are still many taboos and preconception to be broken so that can contribute to the formation of individuals free of prejudices and supported to live in a diversified society.

**Keywords:** Gender. Sexuality. Prejudice. Sex Education.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I</b> .....	<b>11</b>
<b>1. A EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL: PERCURSO HISTÓRICO</b> .....	<b>11</b>
1.1 Gênero e sexualidade .....	11
1.2 Gênero e Sexualidade nos PCNs .....	14
<b>CAPÍTULO II</b> .....	<b>18</b>
<b>2. GÊNEROS E PRÁTICAS CULTURAIS</b> .....	<b>18</b>
2.1 Sexualidade e Educação .....	18
2.2 Relações de gênero na perspectiva dos(as) professores(as) do Ensino Fundamental ..	23
<b>CAPÍTULO III</b> .....	<b>28</b>
<b>3. AS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL: O QUE PENSAM, O QUE DIZEM E O QUE FAZEM OS PROFESSORES</b> .....	<b>28</b>
3.1 Gênero e sexualidade: o que pensam e o que dizem os professores .....	29
3.2 Gênero e sexualidade: o que fazem os professores .....	32
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>36</b>
<b>APÊNDICE</b> .....	<b>9</b>

## INTRODUÇÃO

Na sociedade em que vivemos as questões referentes à sexualidade e gênero tornam-se cada vez mais abertas e passíveis de serem abordadas com juízos de valores e crenças tradicionalmente estabelecidas pela cultura social de um povo.

Hoje, crianças, adolescentes e jovens estão à mercê de informações soltas na mídia e nas ruas, sem qualquer esclarecimento. Em decorrência deste fenômeno, sofrem com a falta de informações coerentes que lhes forneçam uma visão clara e consciente sobre o que realmente é mito ou verdade, preconceito ou ideologia; pois essas crianças, jovens e adolescentes estão cada vez mais sofrendo a influência midiática, nos mais diversos meios de comunicação de massa, através de músicas com letras de apelo sexual, novelas, filmes, programas no formato de *reality shows*, etc.

A falta de preparo e formação adequados por parte dos pais e professores pode gerar consequências negativas na vida futura dessas crianças e jovens. Por isso, é de suma importância que o tema gênero e sexualidade seja trabalhado no ambiente escolar. Para tanto, é necessário que haja uma parceria entre escola e família, onde a escola irá ampliar o conhecimento já adquirido no âmbito familiar; pois cabe à família o papel de informar e gerar comportamentos de respeito e valores; e a escola deverá dar continuidade a esse processo, evitando a formação de estereótipos e contribuindo para erradicar a formação de preconceitos sejam esses de ordem de gênero, classe social, etnia/raça ou religião. Desta maneira, os jovens estarão sendo preparados para viver em sociedade, superando conflitos e tornando-se aptos a enfrentarem as várias etapas da vida sexual e social.

Diante de tais situações, levantamos os seguintes questionamentos: como o professor deve agir diante da curiosidade sexual da criança em sala de aula? Como ajudar as crianças a diferenciarem sexo e sexualidade? Qual a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para a orientação sexual e as relações de gênero? Por que trabalhar essas temáticas na escola? O que fazem e o pensam os professores a respeito das relações gênero e sexualidade no âmbito escolar?

Levando em consideração estas questões problematizadoras, o presente estudo, é uma pesquisa de abordagem qualitativa, que discutiu a temática gênero e sexualidade buscando analisar a proposta dos PCNs no que se refere à orientação

sexual na escola; e conhecer a visão dos professores sobre o tema gênero e sexualidade no contexto escolar.

Nesta contextualização, o trabalho buscou discutir as relações de gênero e o processo de dominação hierárquica consolidado por uma cultura machista e excludente, bem como a influência da escola na formação dos sujeitos. Tais reflexões nortearam este estudo e resultaram na necessidade de ampliar o conhecimento e de investigar qual a postura dos professores do Ensino Fundamental para atuarem frente a essas questões. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa de base teórica no intuito de aprofundar nossos conhecimentos em relação à temática e, posteriormente, foram utilizados como instrumentos de coleta de dados uma observação das aulas e a aplicação de um questionário contendo questões abertas, aplicado as professoras do Ensino Fundamental de uma escola pública localizada na cidade de Lagoa Seca-PB.

A pesquisa nos direciona para a evidência da importância do papel do professor na educação sexual dos alunos, cabendo a ele, juntamente com a equipe pedagógica da escola, desmistificar conceitos e desenvolver uma ação crítica, reflexiva e educadora sobre a temática em questão.

Para que se obtenham bons resultados, é necessário que o professor esteja capacitado, evitando, desta maneira, que ocorram constrangimentos e também a exposição da individualidade da criança. O professor bem capacitado poderá gerar mudanças na estrutura da personalidade de seus alunos, que muitas vezes trazem consigo falsos conceitos e ideologias resultantes da família, religião e influências culturais provenientes de uma sociedade ora moralista, ora permissiva.

Em virtude da curiosidade sexual instalada nos alunos e do nosso despreparo como docentes para lidar com tais situações, torna-se urgente a necessidade de um aprofundamento maior sobre a temática gênero e sexualidade. Tais estudos buscam esclarecer dúvidas e melhorar a discussão em torno da prática pedagógica, especialmente quando essa prática colabora com o desenvolvimento socioafetivo e sexual das crianças, incentivando o aluno a buscar respostas para seus questionamentos e a conhecer seu próprio corpo, quebrando tabus preestabelecidos pela sociedade. Vê-se, portanto, a urgência de uma ressignificação do perfil do educador diante do desenvolvimento sexual da criança.

## CAPÍTULO I

### 1. A EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL: PERCURSO HISTÓRICO

A sociedade moderna em que vivemos continua a receber reflexos das mudanças ocorridas desde o movimento feminista. Assim, esta sociedade é levada a compreender a sexualidade e as relações de gênero numa perspectiva sociocultural e política, constituindo-se de maneira gradual no percurso de toda a vida do ser humano.

Neste capítulo, traçamos um percurso histórico sobre a educação sexual no Brasil. Para que possamos compreender a negligência sobre a temática nos cursos de formação de professor, é necessário entender, antes, a história de tabus e preconceitos que circulam em torno deste tema.

#### 1.1 Gênero e sexualidade

O contexto atual expressa abertamente a compreensão do processo histórico acerca da construção do conceito de gênero, evidenciando que não é o momento do nascimento que define o ser como sendo “macho ou fêmea”. Não sendo, portanto, este o fator decisivo do ser humano como homem ou mulher, mas sim um conjunto de processos que se constituem no âmbito cultural e social, ocasionando um processo contínuo de transformações, ou seja, a construção do gênero e da sexualidade ocorre ao longo de toda vida.

A construção dos gêneros e das sexualidades ocorre através de aprendizagens e práticas. E é decorrente de situações empreendidas de modo implícito ou explícito nas diversas instâncias sociais e culturais. É um processo inesgotável, inacabado. Instituições como a família, a escola, a igreja e o estado são importantes referências nesse processo constitutivo, ou seja, suas orientações e ensinamentos parecem ser absolutos, livres de questionamentos, aceitos como regras prontas a serem seguidas.

Para Bordieu (2002), a família é a principal reprodutora da dominação masculina; e a igreja referenciada pelo clero é marcada pelo antifeminismo, abominando as faltas das mulheres, inclusive seus trajes. Diante disso, a igreja

impõe uma moral familiarista de que a mulher deve ser submissa ao homem. Além disso, o autor citado destaca ainda, que a escola, mesmo liberada da tutela da igreja, continua a gerir um modelo patriarcal com estruturas hierárquicas e baseadas na conotação de sexos, definindo, desta maneira, as aptidões e inclinações diferenciadas entre as escolas e faculdades; ou seja, aos homens destinavam-se as disciplinas mais difíceis, e às mulheres, as menos complicadas, fazendo transparecer que elas não seriam capazes de desempenhar as mesmas habilidades que eles. Para concluir o pensamento de Bordieu (op. cit.), salientamos que ele também faz referência ao estado, que reforça o modelo patriarcal, regulamentando as instituições citadas anteriormente para permanência de uma “unidade doméstica”, mantendo as relações de poder do homem sobre a mulher, do adulto sobre a criança e gerando relações de domínio, dominador e dominado.

Essas instâncias da sociedade – família, escola, igreja e estado – contribuíram e contribuem para a reprodução da hierarquia de gêneros. O que nos leva a refletir sobre as transformações nas relações de gênero e quais os possíveis fatores que influenciaram tais mudanças. Entre esses fatores, há de se destacar o acesso da mulher nas instituições escolares e o ingresso no mercado de trabalho, gerando independência econômica e, conseqüentemente, resultando também na liberdade de escolhas, modificando as estruturas familiares, resultando novos modelos de famílias e rompendo com as normas regidas pelo dogma da igreja cristã, que estabelecia um modelo padrão, homogêneo de família, sendo ela formada por pai, mãe e filhos. “Para os grupos conservadores, tudo isso parece muito subversivo e ameaça atingir e perverter, também, conceitos e valores e ‘modos de vida’ ligados às identidades nacionais, étnicas, religiosas, de classe [...]” (LOURO, 2001, p.32).

No contexto atual, os meios de comunicação de massa, sobretudo a *televisão* e a *internet*, exercem forte influência midiática, manipulando de maneira implícita ou explícita comportamentos, hábitos e costumes, gerando novas formas de vestir, de pensar e agir; formas essas que distanciam os sujeitos do seu próprio eu. Novas formas de saberes são constituídas, novas formas de relacionamento se estabelecem e novos estilos de vida se definem. Esses constantes “ensinamentos”, dizem-nos o que preferir e o que recusar, influenciando-nos na constituição de nosso modo de ser e de viver.

Essas transformações fazem parte de uma cultura na qual estamos inseridos, proveniente da diversidade econômica, social, política e religiosa, em que surgem,

incessantemente, mudanças práticas e conceituais que, muitas vezes, perturbam os setores que haviam por muito tempo perpetuado sua hegemonia. Tais mudanças em nossa história e na nossa cultura têm sido cada vez mais visíveis, contemplando novas formas e verdades, desestabilizando antigas e absolutas certezas, tais como formas de nascer, de viver e reproduzir.

Informações antes privadas ao nosso acesso, hoje estão disponíveis e acessíveis, ou seja, no computador ou em outro meio qualquer de informação. Através das novas tecnologias da informação, surgem novas formas de relacionamento afetivo, ignorando o tempo e o espaço, as questões de gênero, sexualidade, raça e classe social, rompendo as barreiras até então estabelecidas por grupos dominantes, que se manifestam como donos do poder e do saber. De acordo com Louro (2001, p.10), as identidades de gênero e sexualidade são, portanto, fruto das relações sociais, e moldadas pelas redes de poder de uma sociedade.

Porém, mesmo com a aceitação por parte de alguns grupos, a diversidade de gênero e os papéis atribuídos a eles na sociedade ainda é uma questão que gera muitos conflitos. Não há uma aceitação plena. Não se admite que as fronteiras de gêneros estejam sendo rompidas; ou seja, alguns setores da sociedade demonstram uma crescente aceitação da pluralidade sexual, enquanto que outros setores, ditos tradicionais, travam constantes ataques a essas categorias tidas como inferiores, como por exemplo, manifestos contra a “quebra” de valores familiares, até outros que geram extrema violência física e moral.

Desta forma, constroem-se e desconstroem-se formas de aceitação perante o “diferente”, considerando essas diferenças como oposição aquilo que é chamado de normalidade, sendo considerado normal o sujeito que integra o grupo que compõe os paradigmas estabelecidos pelo grupo dominante: os heterossexuais. Expressando desta maneira, o uso da força nas relações de poder. Não o da força brutal, mas sim da força de poder utilizada para persuadir os sujeitos e neutralizar suas relações de poder e soberania.

Partindo desse entendimento, podemos sinalizar o sujeito de identidade referência para os demais, de acordo com o que disse Louro (2001, p. 15-16):

Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristã e essa passa a ser referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os

“outros” sujeitos sociais que se tornarão “marcados”, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como “o segundo sexo” e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual.

Porém, sabemos que não existe um modelo único de sociedade e que as identidades se constroem através dos tempos e dentro do contexto social e cultural. Portanto, antes de assumir um posicionamento diante de conceitos de “normalidade” e diferenças, devemos refletir sobre tais processos que geram as marcas da normalidade, partindo do pressuposto que é na cultura que se materializam tais significados.

[...] através de processos culturais, definimos o que é ou não natural, produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente.[...]As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 2001, p. 11).

Hoje vivenciamos as imposições culturais e construímos novas formas de viver através de critérios estéticos, higiênicos e morais aos quais tentamos nos adequar, fazendo, desta maneira, modelos de referência de identidade e negando a identidade própria que diverge das demais, implicando em novas formas de desigualdades, sejam elas de classe social, raça ou gênero, em que os grupos de referência buscam representar a si próprio e os demais grupos da sociedade, monopolizando as identidades como se fossem fixas, imutáveis e homogêneas, desconsiderando a cultura e o momento histórico a qual pertencem os sujeitos.

## 1.2 Gênero e Sexualidade nos PCNs

Desde a década de 1930, as entidades já lutavam pelo direito de promover a educação sexual do povo brasileiro, “relegada ao abandono e tida como tarefa imoral, devido ao falso conceito em que é tida a função sexual” (VIDAL, 2008, p.24).

Nessa época, a perspectiva da educação sexual emergia como estratégia para preparar o homem e a mulher para constituir a família sob bases sólidas, garantindo a saúde da prole e a harmonia dos casais. Alguns educadores, médicos e juristas da época, defendiam que a educação sexual deveria ser dada nos lares pelos familiares, enquanto que outros defendiam que a escola seria o ambiente propício para a orientação sexual das crianças e adolescentes. Em



contraponto, surgiam, também, aqueles que defendiam que a educação sexual fosse dada individualmente. “A educação sexual da futura mulher deveria diferenciar-se da do futuro homem, fosse no lar ou na escola, em palestras individuais ou coletiva” (VIDAL, 2008, p. 26).

A igreja católica era totalmente contra a educação sexual na escola, alegando a quebra de equilíbrio entre o corpo e o espírito e precipitando a iniciação das crianças e jovens no sexo e no vício. Como afirma Vidal (2008 p.26), “[...] a igreja afirmava que deveria caber aos pais a formação sexual da criança. O pai educaria o menino e a mãe a menina, podendo contar com o auxílio do sacerdote confessor”.

Na década de 1960, as práticas sexuais e de gênero motivaram calorosos debates e reais transformações, que se intensificaram com tentativas de implantação da educação sexual nas escolas. Transformações sociais que de fato construíram novas formas de relacionamento e estilos de vida, e que ainda hoje não cessam de produzir profundas e perturbadoras formas de viver a sexualidade (BRASIL, 1997).

A década de 1970 foi um período relativamente favorável à implantação da educação sexual no Brasil. Nessa época, foram realizadas muitas experiências que favoreceram o debate em relação à educação sexual. Além disso, os movimentos sociais da época e os meios de comunicação se propagaram.

A discussão sobre a inclusão da temática sobre sexualidade no currículo das escolas de ensino fundamental e médio vem se intensificando desde a década de 1970, provavelmente em função das mudanças comportamentais dos jovens dos anos 1960, dos movimentos feministas e de grupos que pregavam o controle da natalidade [...]. A retomada contemporânea dessa questão deu-se juntamente com os movimentos sociais que propunham, com a abertura política, repensar o papel da escola e dos conteúdos por ela trabalhados. Mesmo assim não foram muitas as iniciativas tanto na rede pública, como na rede privada de ensino (BRASIL, 1997, p.111).

Na década de 1980, aumentou significativamente a demanda por trabalhos na área da sexualidade, devido ao alto índice de gravidez na adolescência e o aparecimento do vírus da AIDS.

De acordo com Sayão (1997, p. 111),

é nesse período que proliferam-se iniciativas e inclusão da Educação Sexual na rede privada de ensino do país, inclusive escolas de ensino religioso. No ano de 1998, a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo decidiu implantar a orientação sexual nas escolas, inicialmente nas de primeiro grau e, posteriormente, nas de Educação Infantil.

No ano de 1995, o Ministério de Educação e Cultura coordenou a elaboração dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), que foram apreciados pelo Conselho Nacional de Educação. O então Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, dirigiu-se aos professores enfatizando que o objetivo do documento seria auxiliar o docente no exercício do seu trabalho; reconhecendo que só se exerce a cidadania plena o sujeito que tem acesso aos recursos culturais, sejam eles de sabedoria escolar, como os de questões relevantes ao meio ambiente, saúde, sexualidade e questões éticas, relativas à igualdade de direitos e solidariedade humana (LOURO; GOELLNER, 2010, p.66).

Evidenciamos a importância de a escola abordar temas relevantes relacionados ao contexto social atual, e as expectativas de formar cidadãos brasileiros para atuarem de forma crítica no terceiro milênio. Nessa perspectiva, surge a necessidade de abordar o tema da sexualidade em nossos currículos escolares. Pois, além de ser uma exigência governamental, estamos diante de uma realidade em que crianças e adolescentes apelam pelo esclarecimento de dúvidas relacionadas à sexualidade. Sendo que a mídia insiste em veicular e os pais e familiares tentam omitir.

Desta maneira, entendemos que o tema da sexualidade sempre foi objeto gerador de polêmica em nossa tradição educacional, e que o contexto atual expressa abertamente a necessidade da inclusão da orientação sexual na escola, de modo que esta seja abordada de forma clara e consciente. Para tanto, necessitamos de profissionais capacitados para atuarem nesse campo tão complexo e cheio de questionamentos. O tema orientação sexual não deve ser trabalhado como disciplina, mas como conteúdo escolar, sob forma de tema transversal (VIDAL, 2008, p.32). Afinal, não queremos que os jovens do amanhã sofram repressões sexuais como os do século passado; cabendo aos pais e professores a responsabilidade de entender o que é, e como deve ser representada a sexualidade na sociedade, de tal forma que possam tomar posicionamento diante de situações que expressem repressões, ou vulgarizações, atentando para o princípio da aceitação da própria sexualidade, tanto quanto para a diversidade sexual existente.

Os estudos sobre sexualidade aumentaram consideravelmente no século XIX, fato esse proveniente da perspectiva de descoberta e eliminação de repressões sociais e religiosas (DANTAS; MEIRELES, 2009, p.90). Portanto, é de significativa importância que conheçamos como se processam e vivenciam as questões

referentes à construção de identidades sexuais dos indivíduos sejam eles heterossexuais, bissexuais ou homossexuais, e suas implicações na nossa sociedade. Por conseguinte, a escola deve permitir e facilitar os debates acerca de tais temas, que ainda geram muitos conflitos e tabus. Os quais devem ser desmistificados e analisados a luz de um novo olhar, em que sejam aceitas as diferenças; seja elas de ordem étnica/racial, religiosa e também sexual, tornando-se possível a convivência entre pessoas de diversas culturas, rompendo com os modelos produzidos por uma sociedade normativa, que reconhece apenas o seu modelo homogêneo, que desconsidera a diversidade.

## CAPÍTULO II

### 2. GÊNEROS E PRÁTICAS CULTURAIS

A abordagem acerca das relações de gênero tem se intensificado a cada dia, pois são decorrentes dos avanços e costumes que se intensificam no processo de modernização da sociedade contemporânea. E mesmo com todas essas mudanças, ainda persistem sintomas de repressões e discriminações referentes ao conceito de gênero. A incorporação de valores e comportamentos preestabelecidos pela sociedade resulta em modelos que dão significados às relações sociais difundidas pela cultura nas mais diversas esferas.

A discussão sobre relações de gêneros tem como objetivo combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação [...]. As diferenças não devem ficar aprisionadas em padrões preestabelecidos, mas podem e devem ser vividas a partir da singularidade de cada um, apontando para equidade entre sexos (BRASIL, 1997, p.144).

As relações de gênero e sexualidade tornaram-se questões emergentes que decorrem, sobretudo, dos movimentos feministas e da luta pela equidade de direitos de gays e lésbicas, provocando novas formas de relacionamentos e desestabilizando antigas certezas tidas como formas imutáveis de ser e viver. Tais mudanças vão dando espaço para um novo formato de construção de identidades, construídas a partir das relações estabelecidas pelos agrupamentos sociais. Porém, há de ser destacar que não existem identidades fixas e imutáveis, pois estas identidades podem ser transitórias; ou seja, é validada enquanto é atraente ao sujeito, e quando não mais o satisfaz torna-se descartável, tendo, portanto, um caráter fragmentado e instável, histórico e plural.

#### 2.1 Sexualidade e Educação

Vivemos numa sociedade arraigada pelas construções culturais, considerada “masculina”, isto é, em que prevalece o ser “macho” como referência. Um ser forte, insensível e inquestionável. Para que possamos entender essa versão da sociedade, precisamos fazer uma viagem pelo percurso histórico e considerarmos os

elementos e acontecimentos sociais, políticos, econômicos e culturais que contribuíram para a formação desse conceito. Entendermos o ser humano do sexo masculino como um ser normal, fragilizado e passivo de medos, angústias, frustrações e sentimentos. Um ser tão sensível quanto a mulher, ou seja, igual ao sexo oposto, no caso, o feminino. Porém, a nossa prática cultural dita regras na sociedade em que homens e mulheres (machos e fêmeas) têm que se comportarem de maneiras distintas, manifestando situações em que o “macho” esteja sempre em situação de liderança sobre as “fêmeas”.

A partir dos anos 1960, o movimento feminista aliado às teorias procurou reverter essa ideia de homem superior à mulher; procurando desmistificar e explicar através de análises das relações sociais e das relações entre os sexos masculino e feminino, objetivando comprovar que esses são apenas construtos sociais e culturais. Como afirma Júnior (2010, p.23), “ninguém nasceria masculino ou feminino sempre de acordo com as definições e as modelizações que uma dada sociedade, uma dada cultura dão para esses conceitos, para a própria materialidade do corpo”. Desta forma, há de se concordar com Butler (2003) *apud* Júnior (2010), de que a definição de ser “macho” ou “fêmea” nada mais é do que implantações culturais propagadas pela sociedade. Porém, não se pode negar a distinção de sexos (órgãos genitais) e da constituição hormonal do ser masculino ou feminino.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais,

a construção do que é pertencer a um ou outro sexo se dá pelo tratamento diferenciado para meninos e meninas, inclusive nas expressões diretamente ligadas à sexualidade e pelos padrões socialmente estabelecidos de feminino e masculino. Esses padrões são oriundos das representações sociais e culturais construídas a partir das diferenças biológicas dos sexos e transmitidas pela educação, o que atualmente recebe a denominação de gênero (BRASIL, 1997, p.118).

As discussões sobre as relações de gênero visam contestar as relações de autoritarismo e combater criticamente os padrões de conduta estabelecidos pela sociedade para homens e mulheres, e apontar alternativas para quebra de estereótipos existentes na sociedade de um modo geral. O movimento feminista visava à luta das mulheres pela conquista do poder sobre o próprio corpo, para que este deixasse ser apenas um corpo sensível e insinuante que levaria o homem a perdição.

Acredita-se que o movimento feminista não surgiu para abrir competição entre homens e mulheres, nem tão pouco criar rivalidade de papéis na sociedade, mas para nos fazer compreender o "macho" como ser humano normal, apto a situações de medo, angústias, inseguranças e fraquezas. No entanto, cada vez mais a sociedade lhe impõe cobranças, fazendo com que o seu espírito de masculinidade não lhe permita aceitar fracassos e derrotas, e isso tem lhe acarretado uma série de problemas físicos, psicológicos e emocionais, gerando depressão e muitas outras doenças causadas pelo estresse do dia- dia.

A masculinidade soberana e poderosa não aceita nenhuma prática ou modelo alternativo de comportamento para homens e mulheres. Ela gera a infelicidade da maioria dos homens que são incapazes de corresponder a seu modelo ideal (JÚNIOR, 2010. p.27).

Diante da afirmação, percebemos que o homem, além de lutar para convencer a sociedade de seu espírito de soberania, é, também, refém dos seus próprios medos, existindo de tal forma uma competição interna entre ele e o próprio ser, como também a competição externa entre ele e os seres do mesmo sexo, prevalecendo um espírito de competitividade. Para Júnior (op. cit.), os homens diante dessa sociedade tida como fábrica de "machos" não conseguem gostar verdadeiramente de ninguém a não ser de si próprio, pois, só se pode admirar aquilo que se admira, no caso o próprio ser.

Nesta perspectiva, as mulheres serão vistas apenas como objeto do desejo, do prazer e do domínio. Diante de tais situações, o homem tem sofrido consideravelmente para adaptar-se ao novo modelo de sociedade e às novas formas de identidade e de gênero que redefinem papéis e lugares. A mulher passa a ocupar novos espaços e novas responsabilidades, que antes eram de ocupação exclusivamente masculina, deixando de ser apenas um corpo de usufruto do prazer do sexo oposto.

A história da educação das mulheres é marcada pela exclusão e, posteriormente, pela inclusão com segregação (CARVALHO, 2010, p.236). Elas foram incluídas na educação escolar, mas apenas parcialmente, devido às diferenças da educação masculina em relação à feminina. Ao sexo masculino era dada a educação de "canetas", enquanto que às meninas era dada uma educação de "agulhas", voltada exclusivamente para o lar. No século XX, o movimento feminista conseguiu, através de grandes lutas, que esse embate fosse quebrado. Nesse

sentido, podemos destacar alguns fatores que contribuíram para que tais mudanças ocorressem. Entre elas, podemos citar:

- O acesso ao ensino secundário e superior;
- O trabalho assalariado e, conseqüentemente, o distanciamento das tarefas domésticas;
- A redução do número de filhos devido ao uso de técnicas contraceptivas;
- O adiamento dos casamentos (antes, era de costume que as moças da época casassem bem cedo);
- A elevação do número de divórcios, devido ao fato de as mulheres não aceitarem mais a submissão total ao homem;
- E também a queda do número de casamentos, pois as mulheres atualmente têm se dedicado bem mais a sua liberdade e independência, passando a estabelecerem relações abertas com seus parceiros.

Porém, o fator decisivo dessas mudanças encontra-se no fato de que a instituição escolar como reprodutora das diferenças de gênero abre espaço para um novo olhar do papel feminino na sociedade, ampliando o leque de informações e, conseqüentemente, influenciando a busca por novos espaços na sociedade antes tida como de domínio patriarcal masculino (BOURDIEU, 2010).

Esse processo de conquistas não ocorreu de forma súbita, mesmo com o êxito das mulheres em adentrarem em cursos superiores, prevaleceu a diferenciação de gênero nos cursos profissionais, superiores e também no mercado de trabalho.

De acordo com Carvalho (2010), é a partir da década de 1970 que as mulheres ingressaram em massa nas universidades. No entanto, é visível a diferenciação entre os cursos. As mulheres ocupam em grande parte os cursos de graduação nas áreas de ciências humanas, enquanto que os homens ocupam mais espaços no campo das ciências exatas. Também é fato que os homens, mesmo aqueles que têm menor formação acadêmica, são mais bem remunerados que as mulheres, e muitas vezes ocupando os mesmos cargos, como afirma Carvalho (2010, p. 237) *apud* Bruschini e Lombard (2000, p.67), “[...] os ganhos das mulheres são sempre inferiores aos dos homens mesmo nos novos campos profissionais ou

naqueles campos tradicionalmente masculinos, como medicina, engenharia, direito e arquitetura”.

Acreditamos que mesmo depois de tantas conquistas do sexo feminino, a mulher ainda continua sendo refém de uma cultura machista, intensificada pelas relações de poder, em que o sexo masculino ainda impera seu poder dominador, de supremacia. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), as mulheres, mesmo aquelas com grau de estudo superior aos homens, são menos bem remuneradas em todos os setores da vida econômica. Também, destaca-se que, em geral, as mulheres ocupam cargos inferiores aos dos homens. Estes costumam ocupar cargos de liderança. A presença das mulheres é mais forte em áreas do conhecimento tidas como feminizadas, tais como professores de educação infantil e séries iniciais, fato evidentemente comprovado nos dias atuais, pois raramente encontra-se um homem em sala de aula de educação infantil, e quando isso acontece, logo surgem as dúvidas em relação à sua sexualidade. Tal fato é fruto da reprodução cultural de valores e crenças como destaca Carvalho (2010, p. 239) *apud* Bordieu (1999, p. 112-113):

As antigas estruturas da divisão sexual permanecem objetivadas nas carreiras e nos cargos segundo três princípios práticos: 1º- ‘as funções que convém às mulheres se situam no prolongamento das funções domésticas: ensino, cuidados, serviços’; 2º- ‘uma mulher não pode ter autoridade sobre homens’ e, portanto, tende a ser preterida por um homem para uma posição de autoridade ou ser relegada a funções subordinadas, de auxiliar; 3º- o homem tem o monopólio da manutenção dos objetos técnicos e das máquinas’.

De acordo com a afirmação acima, não podemos negligenciar que a escola assume papel fundamental na reprodução das ditas habilidades femininas e masculinas, impondo de forma implícita o conceito de que meninos são melhores em algumas matérias como matemática e tecnologia; e as meninas em outras, mais ligadas à reprodução e ao papel fraterno, fortalecendo o princípio da escolha nos cargos que serão exercidos mais tarde em sua carreira profissional, preestabelecendo que as mulheres terão mais habilidades em profissões intelectuais, administrativas, vendas e no avanço nas profissões tradicionais femininas, como: ensino, assistência social e atividades paramédicas (BORDIEU, 2010).

Como vemos, mesmo com todas as conquistas da mulher no espaço social, ela continua praticamente excluída dos cargos de autoridade, sobretudo da



economia e da política, salvo algumas exceções. Considerando essas afirmações, podemos concordar com Bordieu (op. cit.), que afirma que os cargos de liderança são destinados exclusivamente aos homens, ou seja, todas essas construções são frutos de uma sociedade de dominação masculina e que são fortalecidas no âmbito escolar.

## **2.2 Relações de gênero na perspectiva dos(as) professores(as) do Ensino Fundamental**

Os temas transversais abordados nos PCNs (2001) estabelecem que devem ser trabalhadas no ambiente escolar as questões referentes às relações de gênero, objetivando contribuir para formação integral do(a) aluno(a), pois a sociedade contemporânea desperta para novos desafios emergenciais; sendo, desta maneira, necessária uma reelaboração do fazer pedagógico, que desperte para a cidadania, a democracia, a solidariedade e a compreensão do ser humano integral.

Nesse sentido, buscamos uma educação que esteja associada não apenas aos conteúdos escolares, mas, sobretudo, ligada às questões socioeconômicas, políticas e afetivas, baseada nos princípios da formação integral do ser humano. A escola do século XXI deve repensar seu papel e a concepção de ser humano, de tal maneira que este seja visto como sujeito capaz de avaliar seu comportamento e transformar sua realidade, adentrando no mundo do conhecimento tecnológico, científico e cultural. Portanto, as práticas educativas devem ser repensadas de acordo com a sociedade contemporânea e suas necessidades.

Atualmente, o repensar educacional tem reforçado o fim último (ou primeiro) da escola que é promover a integração e o bem-estar do indivíduo e da coletividade, porém a partir de uma nova visão de homens e de mundo. Mais do que nunca necessitamos de mudanças no processo de ensinar e de aprender na escola (SANTOS;SANTIAGO, 1999, p.139).

Neste sentido, para que essa nova escola se consolide, é necessário que haja melhoria de qualidade na formação docente e maior investimento nas políticas públicas; e que nossos governantes priorizem a educação como meio para se alcançar a verdadeira democracia.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (2001), a escola deve ter uma visão ampliada das experiências vividas pelos educandos(as), tornando-se ponte para combater às relações autoritárias e questionar as formas de dominação hierárquicas existentes entre homens e mulheres; ou seja, a escola deve desenvolver uma ação educativa que leve os alunos(as) a refletirem sobre questões de gênero, saúde e bem-estar do ser humano.

As questões referentes a gênero deverão levar a reflexões acerca do movimento de mulheres e suas lutas para alcançar um espaço na sociedade, possibilitando o entendimento das dificuldades que até hoje ainda as mulheres têm nos problemas que enfrentam no mercado de trabalho, na política, família e até mesmo em sua vida afetiva e sexual.

Cabe à escola desmistificar o conceito até então formado sobre gênero, onde se baseia apenas na natureza biológica, diferenciação de sexo (macho/fêmea, homem/mulher); pois esse conceito atualmente refere-se

às representações que são construídas pela sociedade a partir do que ela estabelece para diferenças anatômicas-fisiológicas e criando, assim, a ideia do que é ser homem e do que é ser mulher, do que é masculino e do que é feminino (SANTOS; SANTIAGO, 2010, p.171).

O conceito de gênero contempla uma vasta gama de significados, partindo da ideia de que o gênero não está apenas condicionado aos aspectos físicos e biológicos do ser humano, mas na amplitude de papéis que é designado ao homem e à mulher na sociedade contemporânea, pois é através das relações sociais estabelecidas que podemos perceber a distribuição das desigualdades referentes ao poder e autoritarismo reproduzidos na sociedade e tidos como normas preestabelecidas que devem ser aceitas e cumpridas pela população feminina, tida como inferior à classe masculina, que impõe-se como verdadeiros donos do poder-saber.

Foi a partir do movimento feminista, ocorrido na década de 1960, que as mulheres começaram a lutar pela igualdade de direitos, daí então surge um novo perfil da mulher e um novo conceito para o termo “gênero”, de maneira que:

[...] Na medida em que o conceito afirma o caráter social do feminino e do masculino, faz com que aqueles(as) que o empregam levem em consideração as distintas sociedades e os distintos momentos históricos de que estão tratando (SANTOS; SANTIAGO, 2010, p. 172, *apud* LOURO, 1997).

Partindo desta sinalização, podemos afirmar que o conceito de gênero está condicionalmente ligado ao período histórico e à sociedade a qual estão inseridos os sujeitos, sejam eles do sexo masculino ou feminino. E também considerando as questões étnico-raciais e religiosas da sociedade. Sendo assim, não se pode pensar em gênero separadamente, ou seja, de forma singular, mas sim numa abordagem que envolve várias representações do ser homem e do ser mulher, as quais abrem espaço para conceituar gênero em duas proposições, quais sejam: o gênero como elemento constitutivo das relações sociais, preestabelecidas pela sociedade, que diferencia apenas as questões biológicas de sexo; e gênero como forma primária de dar significado às relações de poder (SANTOS; SANTIAGO, 2010).

Atualmente, pensar em gênero implica fazer relação do social com papéis assumidos por homens e mulheres, mas ainda é um desafio a ser vencido por uma sociedade extremamente machista.

Diante de tal situação, as autoras Santos e Santiago (op. cit.) sentiram a necessidade de analisar como os professores do Ensino Fundamental concebem o conceito de gênero e como esse tema tem sido abordado nas salas de aula. Para tal, fizeram uma pesquisa em 02 (duas) escolas, sendo uma pública e outra privada, na cidade de Campina Grande-PB, onde ao todo foram entrevistados(as) 10 (dez) professores(as).

Após as entrevistas, foi realizada a análise dos dados coletados, evidenciado, nesta pesquisa, o distanciamento, ou seja, a não familiaridade dos(as) professores(as) com o termo “relações de gênero”, pois fizeram apenas referências às diferenças baseadas em sexo (masculino/feminino). Dos dez (10) entrevistados(as), apenas 02 (dois) fizeram alusão à temática relacionando-a a divisão de papéis masculinos e femininos, voltando-se para os estudos de gêneros. Os demais citaram a busca pela igualdade de direitos e o machismo. Uma das questões enfocava o que é ser mulher. E nos discursos apresentados pelos participantes, pode-se verificar que ainda estão atreladas ao conceito de mulher como sendo dona de casa, mãe, meiga, carinhosa, evidenciando a reprodução de uma cultura patriarcal, voltada exclusivamente para o homem. A entrevistada nº 02 (dois), professora de escola particular, fez menção à inserção da mulher no mercado de trabalho e sua dupla jornada, sendo mulher dona de casa e mulher profissional:

Agora, pra mim, ainda na minha concepção, talvez defira um pouco das situações das demais jovens, eu ainda acho que ser dona de casa, mãe, esposa, pra mim é fundamental, dentro de parâmetros que venham a corresponder exatamente à altura de mulher.

Percebe-se claramente na fala da entrevistada que há uma resignação de papéis que objetiva concretizar o novo espaço no mercado de trabalho e evidencia a luta pela igualdade de direitos entre mulheres e homens; porém, a entrevistada continua atrelada a concepção tradicional de mulheres de épocas passadas, dando a inferir que a mesma faz parte dessa cultura, onde as mulheres tinham pensamentos e convicções diferentes das mulheres mais jovens, que buscam equidade de gêneros, sendo elas mais flexíveis a mudanças e também mais exigentes na busca por direitos como mulher, mãe, esposa e profissional.

O segundo questionamento levantado na entrevista foi o que é ser homem. Nesse ponto, a maioria dos(as) entrevistados(as) expressou, através de suas respostas, que ser homem é: ser companheiro, cavalheiro, batalhador e chefe de família. Do grupo pesquisado apenas três professoras definiram o homem como ser machista, enfocando que isso faz parte da construção social baseada nas distinções de sexo. Contrapondo-se às professoras, 02 (dois) professores não se assumiram machistas. Todavia, se contradiziam ao afirmar que ser homem é ser detentor de responsabilidades, superior à mulher. Nesse ponto, eles reafirmam o modelo patriarcal que define o homem como o chefe da família. Contudo, sabemos que na sociedade atual existem inúmeros tipos de famílias, em que muitas mulheres exercem o papel de mãe/pai e também profissional, não havendo mais um padrão definido do que é ser família, não se esquecendo de mencionar os casais homossexuais, sejam eles lésbicas ou gays, que constroem famílias e criam seus filhos como casal convencional, quebrando os tabus do que foi estabelecido pela doutrina cristã.

De acordo com Santos e Santiago (2010), os(as) entrevistados(as) fazem alusão ao conceito de gênero, mesmo sem ter noção que faziam referência a esse conceito, pois, referiam-se aos papéis atribuídos a homens e mulheres na sociedade vigente. Assim, evidenciamos que o conceito de gênero é um processo contínuo.

[...] Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também se transformando na articulação com histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe (LOURO, 1997, p.28).

Como vemos, cabe à escola abordar as questões de gênero que são de grande importância na formação integral dos(as) educandos(as), pois os avanços e transformações de costumes e valores, ainda persistem nas discriminações relacionadas ao gênero. Logo, percebe-se através das palavras dos(as) entrevistados(as) que essa temática não tem muita importância para eles(as), e uma das professoras ainda relatou explicitamente que não tem abordado essa temática de maneira planejada, tampouco espontânea. Nas demais falas, eles(as) afirmam que, quando surgem questionamentos, o assunto é tratado de forma espontânea, mas que não há espaço disponível dentro das disciplinas específicas para trabalhar tal temática. Mas se surge, através de uma brincadeira, música ou até mesmo de uma conversa paralela, questões da temática que sejam relevantes, logo essa é discutida e refletida no intuito de esclarecer dúvidas e contextualizar a discussão relacionada ao gênero.

Diante do conteúdo explícito pelos(as) professores(as) entrevistados(as), surge a necessidade crescente de se abordar nos cursos de formação docente o contexto das relações de gênero de forma mais aprofundada, para que o(a) professor(a) possa atuar diante dessas questões de maneira que rompa com o preconceito e com os tabus e estereótipos formados na nossa sociedade, possibilitando aos alunos(as) viverem numa sociedade heterogênea.

Levando em consideração tais afirmativas feitas pelos (as) entrevistados(as), evidenciou-se que a raiz de tais problemas encontra-se no despreparo dos professores, na precariedade do currículo escolar e na falta de capacitação do(a) docente para abordar a temática da orientação sexual e as relações de gênero. Certo é que não podemos justificar e nem nos ausentar das nossas responsabilidades como educadores (as), pois se não temos a capacitação apropriada, nem um grade curricular que contemple tais questionamentos, devemos buscá-los em outras instâncias que nos permitam ter conhecimento e capacidade de abordá-los de maneira coerente e eficiente, preparando-nos para auxiliarmos (as) alunos (as) a conviverem com a diversidade.

## CAPÍTULO III

### **3. AS RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL: O QUE PENSAM, O QUE DIZEM E O QUE FAZEM OS PROFESSORES**

A sociedade brasileira reflete as marcas de uma cultura patriarcal, com discriminações múltiplas; sendo a discriminação de gêneros uma das que expressam uma considerável forma de exclusão social, causando a submissão de um indivíduo a outro e gerando desconforto físico, psicológico, afetivo e social aos homossexuais e mulheres, dentre outros grupos submissos à cultura hierarquizada e antidemocrática.

A Constituição de 1988 estabelece em seu artigo 3º, parágrafo IV, que deve haver a promoção ao bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Nessa perspectiva, surge a necessidade de analisar qual o papel que a escola está exercendo frente à questão dos direitos humanos, bem como qual a atitude dos profissionais da educação do ensino fundamental em relação ao combate às discriminações referentes à sexualidade e gênero; bem como o que pensam, o que dizem e o que fazem esses profissionais quando a discussão é esta temática.

Como profissionais da educação, sabemos da urgência em abordarmos este assunto na escola, para que os alunos tornem-se conscientes de seu papel na sociedade e sejam capazes de enxergar a realidade e discernir sobre como agir diante de situações de discriminação e preconceito, especialmente quando a discussão é gênero e sexualidade.

Partindo das considerações apresentadas ao longo deste estudo, procurou-se, através de uma pesquisa qualitativa, com abordagem empírica e descritiva, analisar o entendimento e a concepção prática dos(as) professores(as) de uma escola pública de Educação Infantil e Ensino Fundamental localizada na cidade de Lagoa seca-PB. Como instrumento de coleta de dados, foi aplicado um questionário com os professores do Ensino Fundamental onde eles puderam expor a sua opinião acerca da orientação sexual e as relações e gênero na escola.

Inicialmente, houve certa resistência por parte dos professores para responderem às questões propostas no questionário, visto que eles temiam que seus conhecimentos fossem avaliados de acordo com as respostas dadas. Foi preciso explicar para elas os objetivos e a relevância da pesquisa para a formação delas e, ainda, que suas identidades não seriam reveladas, elas concordaram em responder.

Os dados coletados foram agrupados e analisados de acordo com o entendimento da temática em questão, ao longo do estudo frente ao marco teórico.

Desta maneira, a categoria central das análises definiu-se como: "entendimento da temática orientação sexual"; que se desdobraem como essa temática tem sido contemplada no planejamento escolar; qual a proposta dos PCNs para trabalhar orientação sexual; e quais as principais dificuldades encontradas pelos professores para abordá-la.

### **3.1 Gênero e sexualidade: o que pensam e o que dizem os professores**

Através dos dados coletados, pode-se verificar que os professores não tem muita familiaridade com os PCNs, especialmente com o texto que trata da orientação sexual. Na resistência para responder ao questionário, afirmaram que não tinham conhecimento de seu conteúdo, mostrando-se inseguros para discorrerem sobre o assunto.

A primeira questão proposta no questionário buscou saber o que eles (professores) entendem por orientação sexual. Sobre esse questionamento, os professores, aqui denominados de A, B, C, D, F e G, no intuito de mantermos preservada a sua identidade, possuem posicionamentos parecidos. Relataram que a orientação sexual é um processo que engloba o conhecimento do próprio corpo e o respeito às diferenças sexuais, estando presente na sala de aula e em toda a vida dos alunos, conduzindo-os nas opções sexuais.

Em relação ao mesmo questionamento, a professora "G" foi mais crítica ao afirmar que:

É a diversidade de valores, crenças e comportamentos dos indivíduos quanto a sua opção sexual e cuidados com o seu próprio corpo; sendo através dessa orientação sexual que o indivíduo tem que saber valorizar sua própria vida.



Nessa fala, pode-se perceber que se encontram traços de entendimento do que seja realmente orientação sexual, pois ela sai um pouco do senso comum que atribui a sexualidade apenas aos aspectos biológicos e ao sexo. Outro aspecto relevante é que a professora entrevistada também faz menção à diversidade de crenças e valores, frutos da interação dos sujeitos na sociedade.

Em contraposição a essa resposta, a professora “E” relacionou a orientação sexual apenas com o conceito de sexo (relação sexual) e com as maneiras de se comportar para evitar doenças sexualmente transmissíveis, enfocando também a gravidez indesejada. Como vimos, na resposta dada pela professora “E”, em momento algum a ideia de que a sexualidade envolve também as questões de gênero e os papéis atribuídos pela sociedade foi contemplada.

É informar que o sexo é natural, próprio dos seres vivos e em especial do ser humano, pois, sendo um ser que pensa não (deve o sexo) ser praticado por impulso, há momento na vida para tudo e para a prática “sexual”, deve se tomar cuidados para que não ocorra uma gravidez indesejada e também transmissão de DSTs. (Professora E).

Podemos relacionar essa resposta com a afirmação de Dantas e Meireles(2009, p. 87) quando dizem que:

Percebe-se que existe uma dificuldade de compreensão acerca do conceito sexualidade, pois esse geralmente é entendido como ato sexual, ou seja, para maioria das pessoas, a sexualidade humana limita-se a expressão do prazer genital. O que impede a construção de conhecimentos acerca da sexualidade como expressão da personalidade.

Percebemos, que falta aos professores o entendimento da noção de sexualidade voltada para o contexto do corpo e as relações com a sociedade, contemplando os aspectos da diversidade de gêneros e o papel que os indivíduos exercem sobre seus corpos; aproximando-se, assim, da proposta dos PCNs que defende que a orientação sexual esteja voltada para as dimensões biológicas, psíquicas e socioculturais (BRASIL, 1997).

Partindo dessas considerações, procurou-se saber qual o conhecimento que elas (professoras) têm a respeito da proposta dos PCNs para a orientação sexual na escola e quais as principais dificuldades para abordar essa temática. A maioria dos(as) professores(as) entrevistados(as) afirmou ter conhecimento da proposta dos



PCNs, embora não tenham leituras recentes da parte que aborda a orientação sexual; e que as principais dificuldades surgem do fato de não terem formação adequada, nem recursos materiais. Além disso, há constrangimento gerado pelas famílias, que na maioria das vezes não compreendem a importância de abordar essa temática na escola.

Nessa perspectiva, destacou-se apenas a professora B, que afirmou não conhecer a proposta e justificou dizendo que sua formação não contemplava tal abordagem. Porém, esses profissionais se contradizem nos seus discursos, pois quando questionados se a orientação sexual faz parte do planejamento escolar, apenas três afirmaram que sim. As demais afirmaram que a referida temática só é abordada na sala de aula ou no planejamento apenas quando surge algum acontecimento que necessite de uma atenção especial. Vale salientar que, reconhecem que esta temática tem sido contemplada nos PCNs desde a década de 1990. As demais professoras afirmaram que trabalham a temática em sala de aula sempre que necessário, pois, segundo os PCNs, o planejamento deve ser flexível e norteado de acordo com a necessidade da turma. A professora G disse que, “[...] sim, segundo os PCNs, os planejamentos devem ser flexíveis abordando e debatendo o assunto de forma clara e objetiva”. Por outro lado, a professora “A” afirma: “Não. A mesma só é contemplada quando ocorrem casos isolados em sala de aula, que necessite de uma maior atenção”.

Há nestas falas um reconhecimento da necessidade de flexibilizar o conteúdo planejado às questões emergentes do momento. Porém, é contraditório afirmar que os PCNs fazem parte do planejamento escolar, já que as maiorias das professoras afirmaram que a temática orientação sexual não faz parte do seu planejamento. Entretanto, ambas concordam que a orientação sexual deve ser abordada de acordo com o contexto a qual se manifesta.

Em relação às respostas dadas pelas professoras, há a presença de uma consciência da necessidade de vincular a orientação sexual ao currículo escolar. Contudo, fica implícito que elas não estão preparadas para atuarem nessa área, precisando de formação e informação adequadas para lidar com os(as) alunos(as) e com a família, pois essa instituição também deve estar preparada para atuar de maneira crítica e consciente na formação dos indivíduos.

### 3.2 Gênero e sexualidade: o que fazem os professores

No intuito de verificar o que os professores fazem, ou dizem que fazem, em sala de aula quando a discussão é orientação sexual dos(as) alunos(as), partiu-se da seguinte questão proposta no questionário: você trabalha a orientação sexual em sala de aula? Como? Em que momento? Como você reage diante da curiosidade sexual dos(as) alunos(as)?

Todos os professores responderam a essa questão afirmando que trabalham, mas sempre levando em consideração a necessidade do aluno; pois eles revelam que atuam de maneira informativa e cautelosa. Porém, nessa mesma questão, a professora “A” demonstrou insegurança diante da abordagem e relatou que só trabalha quando realmente acontece algo intenso na sala de aula e nessas situações busca ajuda da equipe pedagógica.

Nesse sentido, há que se concordar com Britzman (2001, p.86) quando ele afirma que “existem muitos obstáculos, tanto na mente dos professores, quanto na estrutura da escola, que impedem uma abordagem cuidadosa e ética da sexualidade na educação”.

Segundo os PCNs, o planejamento das questões da sexualidade é passível, mas o professor deve estar atento e planejar-se para acolher essas situações e se disponibilizar para respondê-las sempre que elas surgirem (BRASIL, 1997).

Na fala da professora “A” percebeu-se que ela voltou-se apenas para o aspecto sexual, deixando de contemplar a categoria do corpo humano e as relações de gênero e sexualidade. Como vemos, o que predomina é a falta de conhecimento do termo sexualidade. Tais posturas refletem as marcas de uma sexualidade reprimida, que ainda gera conflitos pessoais e tabus a serem quebrados; conceitos que devem ser desmistificados, para romper com os próprios medos.

Ainda de acordo com os PCNs, sexo “é expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais (genitais e extragenitais)” (BRASIL, 1997), enquanto que sexualidade é uma forma bem mais ampla da expressão da cultura e que está presente em cada indivíduo expressando-se com singularidades em cada um.

De maneira mais ampla, e não menos preconceituosa, a professora “G” respondeu a mesma questão:

Sim, de maneira um pouco cautelosa, pois tenho na minha sala de aula crianças e pré-adolescentes, variando de idades de 9 a 14 anos; eu tenho que procurar falar com muito cuidado, pois essas crianças não estão preparadas para esse assunto e também a religião de alguns também deixa um pouco quebrada essa orientação, que a família não admite tal assunto. Mas procuro fazer o melhor que posso.

De acordo com essa resposta, percebemos que há certo cuidado para se abordar a temática, pois a professora esteve atenta à faixa etária das crianças e à diversidade religiosa. No entanto, sabemos que atualmente as famílias estão mais abertas a essas questões e muitas buscam na escola uma forma de abordar essa temática; pois reconhecem a importância para as crianças e jovens, como também reconhecem que não estão preparados para falar abertamente sobre o assunto, passando a responsabilidade para a escola.

Nesse momento, atentamo-nos para as ações dos professores direcionadas pelo comportamento dos alunos e sua curiosidade sexual. Dentro dessa perspectiva, a professora “A” voltou a confirmar sua insegurança diante da temática ao afirmar que fica constrangida e recorre primeiramente à ajuda de livros ou mesmo do psicólogo antes de responder algo aos(as) seus(as) alunos(as).

A partir dessa afirmação, podemos evidenciar que a professora entrevistada não tem contribuído para satisfazer a curiosidade dos(as) alunos(as), mas sim gerado mais ansiedade, possibilitando a construção de conceitos errôneos e fantasiosos sobre a sexualidade. Tal fato é decorrente das incertezas e insegurança por parte da professora.

Ao tratar da mesma questão, a professora “B” afirma: “Ao perceber esse tipo de comportamento, procuro orientar a criança conversando sobre o tipo de atitude que é aceito pela nossa sociedade”.

Considerando a resposta dada pela professora “B”, podemos inferir que ela, de forma inconsciente, reproduz os conceitos e padrões de uma sociedade que estabelece uma hierarquia sobre categorias distintas; ou seja, deve prevalecer uma cultura hegemônica, onde haja um padrão de comportamento único, não visando à diversidade de culturas e gêneros.

Em relação às demais professoras, todas compartilham da ideia que a sexualidade deve ser abordada com naturalidade e de maneira clara, buscando esclarecer as dúvidas pertinentes. E quando não conseguem de imediato, buscam

informações para depois, em momento oportuno, esclarecê-las de modo que os(as) alunos(as) tenham uma maneira de pensar, refletir e agir sobre sua sexualidade.

Como podemos perceber, é visível o despreparo das professoras para lidar com a orientação sexual de seus(suas) alunos(as)isso nos remete à necessidade de uma formação que prepare os profissionaisda educação para trabalhar com essas questões.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as discussões teóricas abordadas ao longo desse artigo e do resultado da coleta de dados feita durante a pesquisa, torna-se evidente a necessidade da busca por um olhar indagador sobre a temática da sexualidade e do gênero na educação.

Com a realização deste trabalho investigativo, intencionamos confrontar a prática das professoras participantes da pesquisa com as teorias abordadas nesse estudo. Com base na coleta de dados ficou evidente a falta de preparo das professoras para lidarem com as questões relacionadas à sexualidade, pois nas respostas dadas ao questionário proposto, manifestaram-se de maneira contraditória entre o que pensam, falam e fazem no cotidiano escolar.

Nesse sentido, sentimos a necessidade emergente da inclusão de discussões acerca da orientação sexual e também das questões relacionadas ao gênero no âmbito escolar. Precisamos romper com paradigmas internalizados e naturalizados em nossa mente e na nossa sociedade, desconstruindo conceitos arraigados em nosso interior. No entanto, para que tais conceitos sejam realmente desconstruídos, precisamos romper primeiramente com as barreiras do nosso preconceito interior, desmistificando os conceitos de sexualidade e gênero, que nos remete à ideia de sexualidade como sendo uma forma representativa da virilidade, prazer e reprodução, passando a abranger, agora, o comportamento humano como um todo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 9.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, Sexualidade e Currículo. In: SILVA, Tomas Tadeu da (trad.). **Pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica: 2001.

CARVALHO, Maria Eulalia Pessoa de. Gênero, educação e ciência. In: **Gênero e práticas culturais**: desafios históricos e saberes interdisciplinares. Campina Grande: ADUEPB, 2010.

DANTAS, Natasha Farias e MEIRELES, Ana Karina Soares. Sexualidade infantil: expressão do pensamento e do sentimento. In: SOUZA, Glória Maria Leitão de; BRANDÃO, Soraya Maria Barros de Almeida, MOTA, Marinalva da Silva. **Ser criança**: repensando o lugar da criança na educação infantil. Campina Grande: EDUEPB, 2009.

JÚNIOR, Muniz de Albuquerque. Máquina de fazer machos: Gênero e práticas Culturais. Desafio para o encontro das diferenças. In: **Gêneros e práticas culturais**: desafios e saberes interdisciplinares. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, Gênero e Sexualidade**: Um debate contemporâneo na educação. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. O corpo educação. In: SILVA, Tomas Tadeu da (trad.). **Pedagogias da sexualidade**. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SANTOS, Ellis Regina Ferreira dos; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima. Relações de gênero na perspectiva dos(as) professores(as) do ensino fundamental. In: **Gêneros e práticas culturais**: desafios históricos e saberes interdisciplinares. Campina grande: ADUEPB, 2010.

SAYÃO, Y. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, J.G. (org.). **Sexualidade na Escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Sumus, 1997.

VIDAL, Diana Gonçalves. A educação sexual. In: **Revista Educação**. São Paulo: Segmento, 2008.

## APÊNDICE





UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Professor (a),

O presente questionário objetiva coletar dados para o meu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – que trata da discussão sobre gênero e sexualidade nos PCNs. Se constitui em um trabalho acadêmico de conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia – UEPB - orientado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Valdecy Margarida da Silva.

Agradeço a sua colaboração.

Meres Cristina do Nascimento Silva  
Concluinte do Curso de Pedagogia/UEPB.

**Informações pessoais**

Formação: \_\_\_\_\_

Pós-graduação: ( ) Sim ( ) NãoEspecificar: \_\_\_\_\_

Tempo de atuação docente: \_\_\_\_\_

Série(s) em que leciona: \_\_\_\_\_

### Questões propostas:

1. O que você entende por orientação sexual?

2. A orientação sexual faz parte do planejamento da escola? Como ela tem sido contemplada pelo currículo escolar?

3. Você conhece a proposta dos PCN para trabalhar a orientação sexual?

(  ) SIM      (  ) NÃO      Justifique:

4. Você trabalha a orientação sexual em sala de aula? Como? Em que momento?

5. Quais as principais dificuldades encontradas para trabalhar a orientação sexual em sala de aula?

6. Como você reage diante da curiosidade sexual dos alunos?